

Se fosse tão simples, seria fácil

O tratamento dado à corrupção e à crise brasileira tem sido freqüentemente tendencioso, por isso mesmo causador de perplexidade e desânimo. Estabelece-se entre os dois assuntos uma correlação errada, que perturba o andamento do processo político brasileiro.

Tudo se passa, ou assim é entendido, como se a crise em que estamos mergulhados — há vários anos, diga-se de passagem —

fosse o resultado da ação nefasta de uma legião de indivíduos corruptos que detêm posições importantes no aparelho governamental, associados a outros tantos que se elegeram deputados ou senadores com o fito exclusivo de dilapidar os cofres públicos.

Como sempre acontece nestas ocasiões, o quadro político ganha contornos de filme de faroeste. Aparecem os mocinhos que certamente irão derrotar os bandidos e restabelecer a justiça a partir de seu triunfo final.

Não se trata, aqui, de analisar as intenções daqueles que apresentam uma visão tão esquemática do que está acontecendo no Brasil, agora. Quero simplesmente reafirmar alguns pontos esquecidos, intencionalmente ou não, em meio à fúria de indicar novos corruptos.

O combate sem hesitação à corrupção não é apenas a defesa da lei contra o ato ilícito. É um imperativo da reforma do Estado e do sistema político do País. É modo obrigatório de intervenção política das forças que pretendem construir alguma coisa. Quanto a isso, não pode haver vacilação ou dúvida.

Mas, a partir da luta necessária contra a corrupção, está se criando



Atribuir a crise apenas à perda dos padrões éticos é um equívoco

um estado de opinião pública distorcido e mesmo perigoso. Em primeiro lugar, porque faz supor que o Brasil é, em todas as suas instâncias, um imenso covil de ladrões. Em segundo lugar, porque, associando a crise à corrupção, causa a impressão ou até mesmo a certeza de que, se não existissem corruptos, estaríamos vivendo no melhor dos mundos.

Ora, se isto fosse verdade, não precisaríamos de lideranças nem de projetos politi-

camente estruturados. Bastaria transformar o País numa imensa delegacia de polícia e todos os nossos problemas estariam resolvidos. Mas atribuir a crise exclusivamente à perda dos padrões éticos é um equívoco.

A verdadeira origem de nossos problemas não se encontra aí. Antes de mais nada, corrupção não é questão especificamente brasileira. Basta olhar o noticiário internacional para concluir que ela existe em grau maior ou menor em quase todas as grandes democracias do Primeiro Mundo, dada a configuração perversa que vêm assumindo as relações entre os interesses privados e o poder público.

No que se refere ao Brasil, assistimos a um processo de estilização do Estado durante os anos 80, prolongando-se pelos anos 90. O poder público, impotente e paralisado, foi se revelando, ao longo do tempo, cada vez mais incapaz de responder às crescentes demandas redistributivas de justiça social por parte dos grupos menos favorecidos e às exigências de modernização que vinham dos segmentos mais estruturados — os quais dispunham, por isso mesmo, de maior poder de negociação.

O resultado desse desencontro foi a acentuação da privatização do Estado. Multiplicaram-se, de todos os lados, estratégias de sobrevivência, coletivas ou individuais, baseadas na lógica do "salve-se quem puder". Utilizar o Estado para fins privados passou a ser norma, e não exceção. E quando este tipo de relacionamento se propaga diante de um Estado debilitado, torna-se difícil evitar que os casos de corrupção se multipliquem, criando um círculo vicioso que enfraquece ainda mais o que já está enfraquecido.

Dentro deste panorama geral de decomposição do ente público, o sistema de representação política não consegue cumprir adequadamente as suas funções, principalmente porque os princípios em que deve estar assentado o desempenho dessas funções se encontra pessimamente regulamentado do ponto de vista legal.

Num país onde o parlamentar pode mudar de partido a qualquer momento, segundo conveniências eleitorais ou de outra natureza, o caminho estará aberto para que as legendas partidárias aumentem ou diminuam, independentemente das preferências do eleitorado, que num regime democrático é forçosamente o avalista da viabilidade e

da força de um partido. Ali, onde o financiamento dos partidos e das campanhas está mal definido pela lei, inevitavelmente os abusos serão estimulados.

O pacto federativo funciona mal, não se encontrou ainda fórmula que estabeleça, de modo nítido, as competências da União, dos Estados e dos municípios. A União sente-se lesada, Estados e municípios acham que não têm o suficiente. Isto se reflete numa engenharia orçamentária que abriga demandas particularizadas às quais não se pode atribuir, por qualquer critério sensato, natureza prioritária.

As relações entre os diferentes poderes se degradam. Não temos em nosso país a correta aplicação da independência dos poderes. Temos, isso sim, uma autonomia exacerbada de cada um deles, em choque uns contra os outros, rasgando o princípio da unidade do Estado que os abriga. A desordem salarial existente é só a manifestação mais visível desta situação, na qual cada poder fixa a seu bel-prazer o próprio nível de remuneração.

Obviamente, encontramos-nos numa situação de crise cuja solução é política e terá de ser encontrada dentro dos marcos da democracia. Mais óbvio ainda: não é a partir de idéias simplistas, que reduzem uma situação complexa como é a do Brasil de hoje a uma luta entre honestos e desonestos, que vamos resolver o que quer que seja.

Não nos equivoquemos com discursos regeneradores ou palavras encantadas. Existem embutidas nas instituições brasileiras verdadeiras fábricas de Joãos Alves. É preciso desmantelá-las já, se quisermos salvar a democracia. Só extirpando as raízes estruturais da crise é que a praga da corrupção poderá ser eficientemente combatida.

■ Aloysio Nunes Ferreira Filho é vice-governador de São Paulo e secretário de Transportes Metropolitanos

